

Originals recebidos em 03/02/2022. Aceito para publicação em 21/11/2022.

Avaliado pelo sistema *double blind peer review*. Publicado conforme normas da ABNT.

*Open access free available online.*

DOI: <http://dx.doi.org/10.35700/2359-0599.2022.16.3369>

# Cestas da Reforma Agrária: alternativa de comercialização da produção em tempos de pandemia da COVID-19 no sudoeste de Mato Grosso - Brasil

Carlos Haynnã de Araujo Assis - <https://orcid.org/0000-0002-0670-7299><sup>1</sup>

Karine Fernanda da Costa Souza - <https://orcid.org/0000-0002-0409-6463><sup>2</sup>

Cristiane Regina do Amaral Duarte - <https://orcid.org/0000-0003-3209-3814><sup>3</sup>

José Roberto Rambo - <https://orcid.org/0000-0002-2254-7301><sup>4</sup>

## RESUMO

O projeto de extensão “Cestas da Reforma Agrária: comercialização de produtos da nossa terra em tempos de COVID-19” surgiu como ferramenta de apoio, articulação, sistematização, divulgação e distribuição dos produtos oriundos do segmento da agricultura familiar do Projeto de Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil, para consumidores finais, visando diminuir os efeitos adversos da pandemia da COVID-19, e suas restrições, sobre as famílias de agricultores assentados. Parte da produção agropecuária dos agricultores familiares assentados que participaram do projeto foi organizada em “Cestas da Reforma Agrária” e comercializada ao consumidor final pela mediação da extensão universitária. O avanço do projeto revelou, ao mesmo tempo, dificuldades dos agricultores familiares em comercializar a produção e de consumidores em adquirir produtos durante a pandemia da COVID-19. Ademais, a iniciativa obteve resultado positivo, pois conseguiu levar renda às famílias assentadas em tempos de pandemia e alimentos de qualidade aos consumidores finais.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, comercialização, extensão universitária.

<sup>1</sup> Graduando em Agronomia. Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. E-mail: [carlos.haynna@unemat.br](mailto:carlos.haynna@unemat.br)

<sup>2</sup> Administradora com ênfase Agronegócio. E-mail: [kafernandacosta@gmail.com](mailto:kafernandacosta@gmail.com)

<sup>3</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas, Engenharias e da Saúde Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. E-mail: [cristiane.duarte@unemat.br](mailto:cristiane.duarte@unemat.br)

<sup>4</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas, Engenharias e da Saúde, Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. E-mail: [jr.rambo@unemat.br](mailto:jr.rambo@unemat.br)

# Agrarian Reform Baskets: alternative for commercializing the production during the COVID-19 pandemic of the southwest of Mato Grosso - Brazil

## ABSTRACT

The outreach project "Agrarian Reform Baskets: commercializing products from our land in times of COVID-19" emerged as support, articulation, systematization, dissemination, and distribution tool of products from the family farming segment of the Antônio Conselheiro Settlement, located in Tangará da Serra, Mato Grosso, Brazil, for final consumers, aiming at reducing the harmful effects of the COVID-19 pandemic, and its restrictions on settled families. Part of the agricultural production of the settled family farmers who participated in the project was organized into "Agrarian Reform Baskets and sold to the final consumer through the mediation of the Extension Project". The progress of the project revealed, at the same time, difficulties for family farmers to commercialize and consumers to purchase products during the COVID-19 pandemic. Furthermore, the initiative achieved, to a certain extent, a good result, as it was able to fulfill the objective of bringing income to settled families and quality food to consumers.

**Keywords:** family farming, commercializing, university outreach.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, cerca de 77% dos 5.073 milhões de estabelecimentos agropecuários registrados no país são caracterizados como pertencentes à agricultura familiar (IBGE, 2019). No estado de Mato Grosso (MT), do total de 118.679 estabelecimentos agropecuários, 81.635 são pertencentes ao segmento da agricultura familiar, número que corresponde a 68,8% dos estabelecimentos agropecuários do estado (ABREU *et al.*, 2021).

Para Abreu *et al.* (2021), a categoria social da agricultura familiar é produtora de grande parte dos alimentos de consumo diário da população mato-grossense, apesar do estado de Mato Grosso ser conhecido nacionalmente pela grande quantidade de produção de soja, algodão e bovinos. Embora, para alguns autores, a agricultura familiar não seja a maior produtora nacional de alimentos (HOFFMANN, 2015), a unidade

produtiva com associação do tipo: família-produção-trabalho (WANDERLEY, 2001) continua sendo imprescindível para subsistência de diversas famílias que buscam, ao mesmo tempo, conquistar o bem-estar de seus membros e ter uma forma de se inserir no mercado de alimentos a partir da comercialização de sua produção (BITTENCOURT, 2020).

No contexto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a comercialização da agricultura familiar, que já precisava disputar espaço com médios e grandes produtores e grandes mercados, encontrou novos desafios, como o fechamento de alguns canais de comercialização (tais como: escolas e feiras). Além disso, a crise econômica gerada pela pandemia limitou o poder de compra da população, dificultou a inserção desses produtores nas cadeias agroalimentares tradicionais e reduziu as possibilidades de escoação da produção, comprometendo, portanto, a renda destes agricultores familiares (BREITENBACH, 2021).

Trazendo para o contexto dos residentes do Projeto de Assentamento (PA) Antônio Conselheiro do município de Tangará da Serra – MT, região sudoeste de Mato Grosso, a realidade não difere do que foi abordado acima, pois os agricultores familiares obtêm renda por meio da comercialização direta e com intermediários de sua produção.

Contudo, as atividades comerciais diretas ao consumidor final desenvolvidas por esses agricultores de Mato Grosso foram freadas no dia 20 de março de 2020, data em que o município de Tangará da Serra - MT decretou o plano de ações de enfrentamento da pandemia da COVID-19 (Decreto nº 128, de 20 de março de 2020), como resposta ao aparecimento do primeiro caso confirmado da COVID-19 no Estado de Mato Grosso.

Com o fechamento das atividades não essenciais previstas pelo decreto, que incluiu a feira do produtor rural do município, um dos maiores mercados para os agricultores do PA Antônio Conselheiro, o Grupo de Pesquisa "Gestão: Agricultura Familiar e Agroecologia" (GAFA), da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário Prof. Eugênio Carlos Stieler de Tangará da Serra, em troca de mensagens com agricultores familiares assentados do município, questionam como estavam pensando e agindo sobre a comercialização da produção agrícola e pecuária do assentamento com a nova realidade sanitária imposta pela COVID-19. A resposta de um grupo de agricultores familiares assentados do Antônio Conselheiro — organizados junto à Cooperativa Regional de Produção Agropecuária da Agricultura Familiar (COOPRAF) ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) — é contextualizada na tentativa de se organizar. No entanto, muito do que estava sendo produzido não seria comercializado, e os agricultores familiares, conseqüentemente, teriam dificuldades econômicas em curto espaço de tempo.

A partir desse diálogo inicial, o GAFA e os membros da COOPRAF se juntam no intuito de viabilizar uma comercialização direta dos produtos da reforma agrária com

os consumidores finais. Assim, surge o Projeto de Extensão “Cestas da Reforma Agrária” que promoveu a inserção dos produtos do assentamento em residências Tangaraenses, minimizando os impactos econômicos aos agricultores familiares assentados e a possibilidade de contaminação da COVID-19. O processo de elaboração do projeto, juntamente com os assentados, não teve um planejamento e etapas bem definidos. Foi muito mais uma ação emergencial proposta e apresentada à população Tangaraense, frente a uma necessidade de comercialização dos produtos dos agricultores familiares assentados.

É importante considerar que, pelos dados do Censo Agropecuário de 2017, aproximadamente 74% dos estabelecimentos agrícolas registrados em Tangará da Serra são pertencentes à agricultura familiar (IBGE, 2022). A produção desse segmento é bastante diversificada no município, sendo composta principalmente por olerícolas (couve, alface, etc.), frutíferas (maracujá, banana, abacaxi, etc.) e produtos de origem animal (leite, carnes, banha de porco, etc.), que se assemelha à produção do PA Antônio Conselheiro (IBGE, 2017; RAMBO, 2016). Além disso, a comercialização da produção da agricultura familiar e do PA Antônio Conselheiro se dá predominantemente nas feiras dos produtores do município. Preuss Neto *et al.* (2022) evidenciam isso quando apresentam que a Feira do Produtor Rural de Tangará da Serra é uma das maiores do estado de Mato Grosso, sendo assim, desempenha papel cultural e fomenta a economia local e o segmento da agricultura familiar.

Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar a articulação e a comercialização de produtos agropecuários do PA Antônio Conselheiro em Tangará da Serra, no sudoeste mato-grossense, por meio do projeto de extensão universitária “Cestas da Reforma Agrária: comercialização da produção agrícola e pecuária do Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra - MT durante a pandemia da COVID-19”.

## 2 METODOLOGIA

O projeto “Cestas da Reforma Agrária: comercialização da produção agrícola e pecuária do Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra - MT durante a pandemia da COVID-19” foi realizado no município de Tangará da Serra, região sudoeste do Estado de Mato Grosso, distante 240 km da capital Cuiabá. O GAFA, via UNEMAT, Campus Universitário de Tangará da Serra (Portaria Reitoria/UNEMAT nº 1069/2020), desenvolveu a mediação de comercialização da produção agropecuária dos agricultores familiares assentados do PA Antônio Conselheiro, no período de um ano (maio de 2020 a maio de 2021).

Considerando que a produção agropecuária realizada pelos agricultores familiares cooperados da COOPRAF necessitava de mercado consumidor, pois quando do seu planejamento produtivo, não se previa o surgimento e os efeitos da pandemia de

COVID-19, a produção agropecuária foi organizada em Cestas pela Cooperativa, como exemplificada na Tabela 1. Ao longo do projeto, as Cestas apresentaram distintas variedades de produtos e precificação, sendo os itens a comercializar e a precificação de decisão única e exclusiva da COOPRAF e dos seus membros, uma vez, que a ação extensionista do GAFA não era de caráter intervencionista junto aos agricultores, ou seja, seguindo pressupostos apresentados por Freire (1992). A ação se baseava no princípio da interação entre agricultores familiares assentados (fornecedores de produtos agropecuários) e a sociedade (consumidores), mediado pela Universidade.

As ofertas das Cestas da Reforma Agrária variaram entre semanais, quinzenais e/ou mensais, de acordo com a disponibilidade de produtos pelos agricultores familiares assentados e, ainda, da procura pelos consumidores, que demonstravam interesse em adquirir as Cestas da Reforma Agrária. Toda a mediação entre oferta das Cestas pelos agricultores familiares assentados e procura pelos consumidores era realizada entre a COOPRAF e os membros do projeto.

Os encartes<sup>5</sup> das Cestas da Reforma Agrária eram confeccionados e divulgados por meio de mídias sociais, principalmente o WhatsApp, pelo projeto de extensão para a comunidade tangaraense. Todas as divulgações incluíam as datas para recebimento dos pagamentos e entrega das Cestas. O contato telefônico de um bolsista do projeto era fornecido para que os interessados pudessem entrar em contato, garantir sua Cesta, enviar as informações de local de entrega, comprovante de pagamento da encomenda e alguma outra comunicação, quando necessária.

Alunos de graduação, extensionistas em formação do Curso de Administração, com ênfase em Agronegócios, e de Agronomia, atuavam na elaboração dos encartes e no processo de comunicação das ofertas das Cestas da Reforma Agrária com os consumidores finais, esclarecendo dúvidas sobre os produtos, as Cestas, as entregas, os pagamentos, entre outras demandas.

O controle das vendas e os valores recebidos eram gerenciados pelos alunos de graduação, que organizavam os dados dos interessados (nome, telefone e endereço para entrega) e da comercialização das Cestas (modelo da Cesta de alimentos, comprovante de pagamento, situação do pedido e receita bruta), com o auxílio do editor de planilhas Microsoft Excel, versão 2019.

Tabela 1 — Exemplo de opções de Cestas pré-definidas ofertadas pelos agricultores familiares assentados cooperados da COOPRAF aos consumidores finais de Tangará da Serra MT, Brasil.

Produtos*	Cesta 1	Cesta 2	Cesta 3
Abacaxi	1 un.	1 un.	2 un.
Abóbora	-	1 un.	1 un.
Banana maçã	1 kg	-	1 kg

<sup>5</sup> Lista elaborada em formato digital com a relação das cestas, seus constituintes e a precificação.

Banana nanica	-	1 kg	-
Banana da terra	-	1 kg	-
Farinha de mandioca	-	-	1 kg
Frango caipira	-	-	1 un.
Jiló	1 kg	-	1kg
Leite	-	-	2 l
Limão	1 kg	1 kg	1 kg
Mamão	-	1 un.	1 un.
Mandioca <i>in natura</i>	-	1kg	-
Mandioca descascada	-	-	1 kg
Maracujá	1 kg	-	1 kg
Maxixe	1 kg	-	0,5 kg
Ovo caipira	-	-	1 dz.
Polpa de abacaxi	-	1 kg	-
Polpa de maracujá c/ semente	-	-	1 kg
Quiabo	1 kg	-	0,5 kg
Valor da “Cesta da Reforma Agrária”	R\$30,00	R\$50,00	R\$100,00

\*É importante destacar que a composição das Cestas oscilou com bastante frequência, logo, as Cestas apresentadas acima não representam fielmente as que foram ofertadas, mas serve para elucidar a forma adotada para organização das Cestas. FONTE: Dados da pesquisa (2021).

A partir do gerenciamento das encomendas realizado pelos alunos extensionistas, os membros da COOPRAF eram responsáveis por organizar os produtos do Assentamento e agrupá-los nas Cestas da Reforma Agrária, de acordo com as encomendas.

A Cooperativa, na maioria das vezes, entregava o produto para os membros do projeto (extensionistas mediadores do GAFA/UNEMAT) na data agendada, e estes se responsabilizavam pelo serviço de *delivery* no local indicado pelos consumidores. A equipe do projeto, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020) e do decreto municipal vigente (Decreto nº 169, de 24 de abril de 2020), promoveu os contatos produtor-mediador e mediador-consumidor de modo a garantir a segurança de todos os envolvidos quanto à disseminação da COVID-19.

A equipe do projeto, constantemente, solicitava *feedback* para os consumidores das Cestas da Reforma Agrária e para os membros da COOPRAF, via WhatsApp e contato direto, com o objetivo de aperfeiçoar e melhorar as ações do projeto: a intermediação e a divulgação dos produtos; a oferta das Cestas da Reforma Agrária (considerando a qualidade dos produtos, a dinâmica de encomendas, as entregas, entre outros); e, ainda, a formação dos acadêmicos envolvidos no projeto.

A partir dos dados de controle das vendas das Cestas da Reforma Agrária contidos em planilhas, apresentaremos os resultados referentes ao período de maio de 2020 a maio de 2021, nos quais ocorreu oferta das Cestas. Os resultados a serem apresentados mostram os totais de Cestas comercializadas, agricultores beneficiados,

consumidores, renda obtida com as vendas, variedade de produtos ofertados. Além disso, são apresentados relatos de consumidores interessados nas Cestas, consumidores que adquiriram as Cestas e de cooperados da COOPRAF.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, no período de maio de 2020 a maio de 2021, foram comercializadas 117 Cestas da Reforma Agrária, com produtos provenientes da produção de 36 agricultores familiares assentados cooperados da COOPRAF, que forneceram diversos produtos, no caso de produtores cuja produção é mais diversificada, ou algum item específico para os mais especializados.

Em termos de formação de extensionistas, o projeto foi muito significativo para os bolsistas envolvidos que interagiram com os consumidores das Cestas e com questões complexas sobre desenvolvimento social, políticas públicas, logística, *marketing*, entre outras presentes nos contextos social e profissional. Os discentes se deparavam com situações típicas do processo teórico da sala de aula, todavia, em momento de vivência da realidade de todo o processo de comercialização dos produtos dos assentados. A ação dos bolsistas foi extremamente relevante para sua formação e para o projeto, pois do cuidado envolvido nas divulgações, nas encomendas, nos pagamentos e nas entregas das Cestas da Reforma Agrária é que se promovia a satisfação do agricultor e do consumidor. O primeiro com a produção comercializada e geração de renda e o segundo com produtos agropecuários recém-colhidos e de qualidade para consumo. Além disso, promoveu a formação cidadã dos acadêmicos, estimulando reflexões e responsabilidade quanto à dimensão social do ensino, da pesquisa e da Universidade como um todo.

A partir da ação extensionista, o montante final, ou seja, toda a renda obtida no período (com 23 semanas de oferta) foi de R\$ 8.413,00. O pagamento das Cestas da Reforma Agrária era realizado pelos consumidores diretamente em contas bancárias dos responsáveis financeiros da Cooperativa. Assim, o pagamento aos agricultores familiares assentados fornecedores de produtos era responsabilidade da COOPRAF e de acordo com a mesma, o valor foi distribuído proporcionalmente aos valores estabelecidos pelos produtos entregues por cada família de agricultores assentados.

Ao todo, 42 consumidores adquiriram alguma Cesta e/ou produtos individuais, vendidos avulsos, disponibilizados durante o período analisado. Considerando o tamanho da população de Tangará da Serra, estimada de 107.631 habitantes (IBGE, 2021), em termos quantitativos, o projeto se manteve restrito a uma pequena parcela da população, não de forma proposital, mas, provavelmente, pela escolha do veículo de divulgação das Cestas ou pela incompreensão do propósito delas, que não buscava ser uma forma mais acessível de comercialização da produção agropecuária dos

agricultores familiares assentados, e sim ser uma forma de garantia de renda aos agricultores assentados devido ao fechamento (momentâneo mas propulsor da ação extensionista) de um dos principais canais de comercialização da agricultura familiar que é o espaço da “Feira do Produtor Rural” em Tangará da Serra - MT.

Pode-se relatar que houve dificuldade de acesso das Cestas aos consumidores, em especial pela precificação destas, no contato que alguns possíveis interessados pelas Cestas da Reforma Agrária faziam junto ao Projeto de Extensão. Alguns potenciais consumidores relatavam que a Cesta da Reforma Agrária era “cara”, se comparada aos preços individualizados dos produtos ofertados no mercado varejista local. Algumas Cestas, embora tivessem despertado o interesse dos consumidores, não foram vendidas, por causa de seus valores considerados altos.

Para elucidar, a precificação das Cestas era definida pelos próprios agricultores familiares assentados via COOPRAF e repassado aos consumidores. Os valores das Cestas pré-montadas ao longo das 23 ofertas foram de R\$30,00 a R\$100,00, dependendo da quantidade e produto ofertado na Cesta da Reforma Agrária (Tabela 1). A precificação levava em consideração o momento da pandemia da COVID-19, o próprio trabalho, custos de produção e transporte dos produtos ao centro urbano de Tangará da Serra - MT (aproximadamente 58 km do centro do município até ponto de organização e montagem das Cestas), sem considerar o valor da entrega no centro urbano às casas dos consumidores das Cestas da Reforma Agrária, que era efetuada pela ação extensionista, sem custo para consumidores e agricultores familiares assentados.

Assim sendo, a precificação das Cestas das Reformas Agrárias não era uma variável que poderia ser ajustada de forma rápida e fácil pelos agricultores familiares assentados para tornar-se atrativa financeiramente aos consumidores e membros da COOPRAF, em contraposição aos valores praticados no mercado varejista e atacadista da cidade. Uma vez que a proposta inicial do projeto era possibilitar a comercialização das Cestas da Reforma Agrária em um momento tão emergencial, buscou-se tornar esse comércio o mais próximo possível daquele observado antes da pandemia da COVID-19, principalmente sem expor, produtores e consumidores, à danos econômicos e de saúde causados com a pandemia.

A ferramenta de mensagens instantâneas WhatsApp se mostrou, devido à restrição dos mediadores de público a abranger (apesar da busca de divulgação para os diversos públicos do município), pouco eficaz na tarefa de divulgar as Cestas da Reforma Agrária, portanto, outras plataformas e/ou serviços deveriam ser tentados e/ou utilizados em ações futuras.

Tem-se, no município de Tangará da Serra - MT, alguns exemplos de outros mecanismos de comercialização, via Programa de Extensão “MT Horticultura”, da UNEMAT, com a ferramenta “Direto da Roça”, que faz a mediação de comercialização da agricultura familiar da microrregião de Tangará da Serra com o mercado

(consumidor final, varejista ou atacadista) em *site* da internet<sup>6</sup>, disponibilizando contatos e produtos de interesse de produtores e consumidores. No município de Sinop, também no estado de Mato Grosso, o Projeto de Extensão “Terra Limpa”, que disponibiliza produtos orgânicos e agroecológicos faz a mediação via Sistema de Compras Coletivas em *site* da internet<sup>7</sup>.

No entanto, é importante lembrar que a utilização de divulgação em massa das “Cestas da Reforma Agrária”, via outros canais sociais, poderia, no caso, criar uma demanda maior de organização e produção dos cooperados do PA Antônio Conselheiro e do Projeto de Extensão, o que poderia inviabilizar o proposto pela ação extensionista. Isso se tornou mais aparente, principalmente, nas semanas que houve demandas significativas de Cestas. Nessas semanas, o *feedback* da COOPRAF junto ao Projeto foi de dificuldade em conseguir a totalidade de produtos para composição das “Cestas da Reforma Agrária”. Ao mesmo tempo, percebeu-se que havia entusiasmo, por parte da COOPRAF, com os resultados alcançados nessas semanas, principalmente os econômicos.

O comportamento de compra dos consumidores das Cestas da Reforma Agrária revelou baixa fidelização, pois apenas 6 consumidores adquiriram 5 ou mais Cestas ao longo das 23 ofertas de vendas. Em *feedback* recebido dos consumidores, a baixa fidelização também pode ser explicada pelo formato de vendas em Cestas pré-definidas, que, em alguns momentos, não atendia a demanda interna dos consumidores, em termos de variedade e quantidade, principalmente para famílias pequenas (2 a 3 pessoas). Situação, muitas vezes, assim relatada: “resido sozinho(a), são muitos itens para consumo em 1 semana” ou “residimos em 2 pessoas aqui, tem coisa estragando da entrega passada, pois ainda não conseguimos consumir tudo e agora chega mais” ou “não gostamos de peixe<sup>8</sup>, e praticamente todas as vezes é ofertado, quando oferta, não compramos” ou “vem muito peixe na Cesta, não teria como diminuir a oferta deste produto?”.

Além disso, a Feira do Produtor Rural de Tangará da Serra, que tem mais de 30 anos de tradição e faz parte da rotina da comunidade tangaraense, permaneceu fechada por duas semanas, em atendimento ao Decreto nº 128/2020. Após esse período, a feira passou a reabrir durante a semana, permitindo que muitas pessoas pudessem comprar em seus locais e com agricultores de preferência e de acordo com sua demanda residencial. Esse fator influenciou nas ações do Projeto de Extensão proposto, tanto junto aos cooperados da COOPRAF quanto, e principalmente, junto aos possíveis consumidores.

---

<sup>6</sup> <https://diretodarocamt.com.br/>

<sup>7</sup> <https://terralimpacc.org/>

<sup>8</sup> Nome genérico utilizado para não caracterizar o produto especificamente.

A COOPRAF e seus cooperados avaliaram a proposta extensionista como muito boa, uma vez que retirava alguns custos do produtor, em especial, o de deslocamento e de tempo de comercialização da produção junto a Feira. Além disso, remunerava a produção com valores iguais ou próximos à da comercialização direta, mas em quantidades menores, e que se tornaram ainda menores quando da reabertura dos espaços de comercialização típicos da agricultura familiar.

O projeto, com a mediação da Cooperativa, levando em conta a questão de oferta de item específico, ofertaram, em 3 momentos, a Cesta da Reforma Agrária em formato “livre escolha”, para ser montada pelos consumidores com os produtos disponíveis no PA Antônio Conselheiro, o que agradou alguns consumidores. No entanto, tornou-se inviável financeiramente para os agricultores assentados na busca pelos produtos nas propriedades de cooperados da COOPRAF, muitas vezes em poucas quantidades e distantes da base da Cooperativa devido à extensão territorial do PA Antônio Conselheiro, de aproximadamente 38.000 hectares, com quase 60 quilômetros de extensão entre as extremidades (RAMBO, 2016).

Embora, apenas 6 consumidores tenham adquirido as Cestas em mais de 5 semanas, um ponto importante para se destacar é que 23 consumidores voltaram a comprar as Cestas da Reforma Agrária após a primeira compra, o que pode indicar um comportamento de aceitação dos produtos ofertados e da ação extensionista.

Schneider e Gazolla (2017) comentam que nas cadeias agroalimentares curtas tem-se o consumo baseado em valores sociais e de princípios e valores simbólicos, como seria o caso da Feira do Produtor Rural de Tangará da Serra, e no caso das Cestas da Reforma Agrária, pela política nacional de Reforma Agrária e da Agricultura Familiar.

Quanto aos itens ofertados pelos agricultores familiares assentados, ao todo, 47 produtos *in natura*, minimamente processados ou processados (classificação do Guia Alimentar para a População Brasileira, 2014, do Ministério da Saúde) foram comercializados pelo projeto “Cestas da Reforma Agrária”.

Entre os produtos *in natura* (Figura 1 — A) mais recorrentes nas ofertas foram limão, banana-maçã, abacaxi e abóbora, produtos que não dependem de tecnologias e altos investimentos por parte do agricultor assentado, sendo, por isso, mais ofertados ao longo do ano, como detalha Rambo (2016) nos casos de produção de banana, mandioca e abóbora.

Os produtos minimamente processados (Figura 1 — B) mais recorrentes foram polpa de frutas (maracujá, abacaxi, acerola e tamarindo), ovos<sup>9</sup> e frango caipira. O frango caipira tem boa aceitação, no entanto, foi ofertado em preço um pouco acima

---

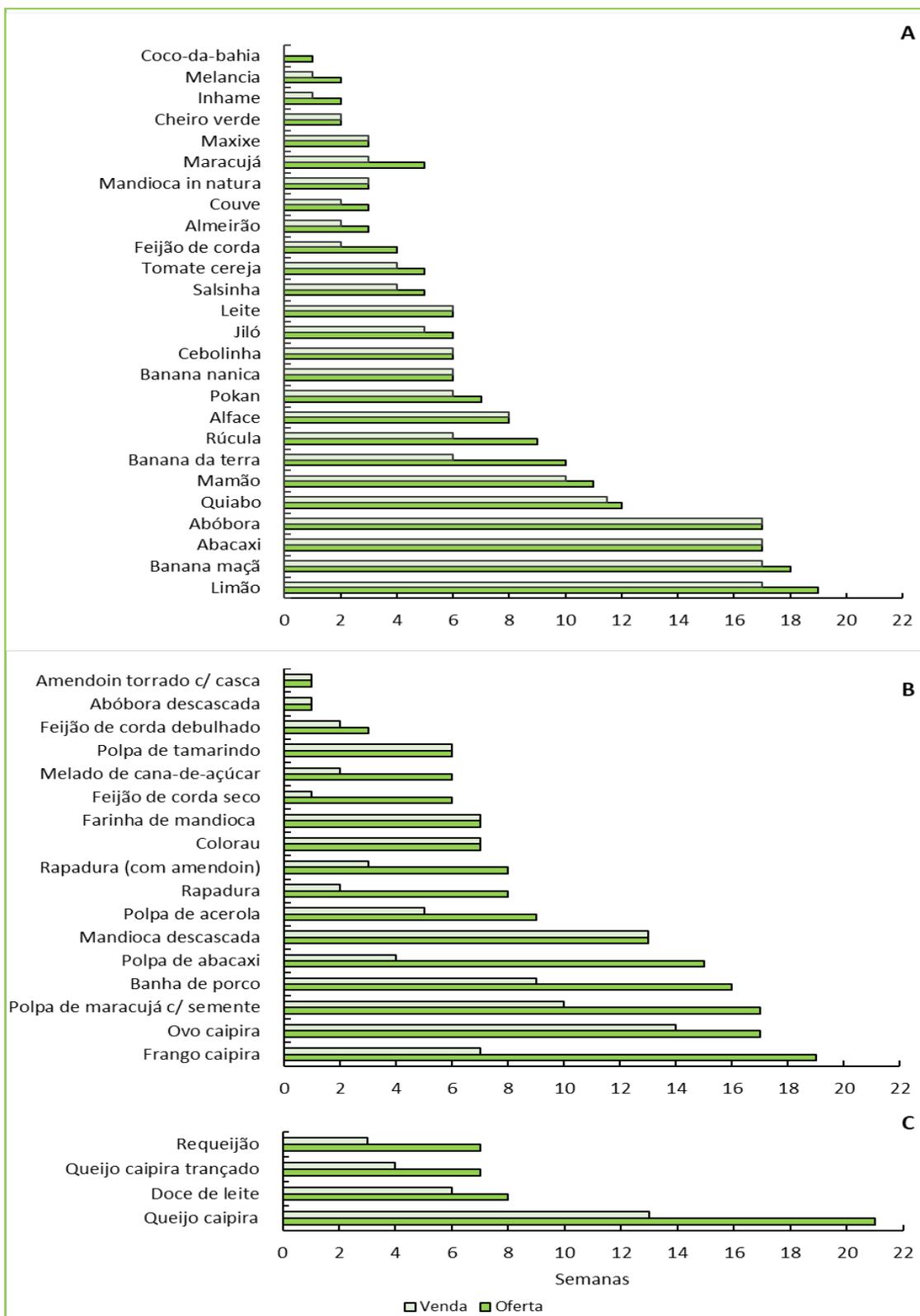
<sup>9</sup> Considerados como minimamente processados, pois eram limpos pelos próprios agricultores, antes da comercialização.

do mercado em função da pandemia, e de um dos objetivos do projeto, que era gerar renda aos agricultores familiares assentados.

Alguns itens minimamente processados, como feijão de corda debulhado, feijão de corda seco, abóbora e mandioca descascada e amendoim torrado, dependem de maior mão de obra e tempo para serem processados, o que pode se tornar inviável financeiramente aos agricultores familiares assentados, apesar da mandioca, ter muita oferta e, ao mesmo tempo, boa demanda (Figura 1 — B).

Já no caso das polpas de frutas, embora viável economicamente para os agricultores, eram ofertadas em pacotes de 500 gramas ou de 1 kg, como habitualmente fornecido para as escolas a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse tipo de embalagem não foi bem avaliado pelos consumidores, via *feedback* ao Projeto, visto que os consumidores estão acostumados a comprar polpas em embalagens fracionadas nas feiras e nos mercados da cidade.

Figura 1 — Relação de todos os produtos comercializados pelos agricultores familiares via Cestas da Reforma Agrária, em Tangará da Serra - MT, Brasil.



Produtos *in natura* (A); minimamente processados (B); e processados (C). Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No caso dos produtos processados (Figura 1 — C), como doce de leite, requeijão e queijos caipiras (trançados ou não), embora também exista a necessidade de maior tempo e mão de obra para sua produção, houve boa aceitação por parte dos

consumidores. O queijo, em especial, foi bem avaliado, via *feedback*, com relação ao seu tamanho e, principalmente, sua qualidade, tendo consumidores fiéis aos queijos, que, de tempos em tempos, questionavam: “*não vai ter queijo trançado desta vez?*”.

## 4 CONCLUSÕES

O projeto de extensão objetivou articular a comercialização da produção agropecuária dos agricultores familiares assentados do PA Antônio Conselheiro cooperados da COOPRAF, visando principalmente reduzir os danos econômicos adversos provocados pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e do fechamento total e parcial dos principais canais de comercialização da agricultura familiar, a Feira do Produtor Rural. Até certo ponto, a forma de comercialização se mostrou eficiente, viável, possível, inovadora e com perspectiva, se bem articulada pela agricultura familiar local e por possíveis mediadores.

Portanto, conclui-se que o projeto de extensão atingiu seu objetivo ao mediar a comercialização das Cestas da Reforma Agrária, evitando e protegendo (consumidor e produtor) da COVID-19, ao mesmo tempo em que gerou renda para as famílias assentadas e promoveu a interlocução universidade-sociedade em Tangará da Serra, no sudoeste mato-grossense.

## 5 AGRADECIMENTOS

À Diretoria Política Pedagógica e Financeira de Tangará da Serra da Universidade do Estado de Mato Grosso, pelo suporte logístico da ação.

À Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade do Estado de Mato Grosso, pela concessão de bolsa de extensão (Edital 005/2020).

À COOPRAF, aos cooperados e aos dirigentes Valdir Alves da Silva e Edson da Costa Ramos, pela organização e sistematização das Cestas da Reforma Agrária.

Aos agricultores familiares fornecedores de itens para as Cestas da Reforma Agrária e aos consumidores finais das Cestas, que confiaram nas ações do projeto.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Charleana; OLIVEIRA, Ana Luisa Araujo; ROBOREDO, Delmonte. A agricultura familiar no estado de Mato Grosso: um olhar a partir do Censo Agropecuário 2017. **Revista de Ciências Agroambientais**, Alta Floresta, v. 19, n. 2, p. 81–92, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/rcaa/article/view/5276/4465>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BITTENCOURT, Daniela Matias de Carvalho (ed.). **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**. Brasília: Embrapa, 2020. 298 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/214670/1/Texto-Discussao-49-ed-01-2020.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BREITENBACH, Raquel. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia na agricultura familiar. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/10941>. Acesso em: 21 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOFFMANN, Rodolfo. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 21, n. 1, p. 417–421, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1386>. Acesso em: 21 dez. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/agricultura\\_familiar.pdf](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf). Acesso em: 22 dez. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 21 dez. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE cidades: Tangará da Serra – MT**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/tangara-da-serra/panorama>. Acesso em: 21 dez. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778>. Acesso em: 21 dez. 2022.

PREUSS NETO, Augusto Leopoldo *et al.* Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável em Tangará da Serra–MT: retrospectiva de 15 anos de funcionamento. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 1, p. e14611124573-e14611124573, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24573>. Acesso em: 21 dez. 2022.

Prefeitura de Tangará da Serra (MT). **Decreto nº 169, de 24 de abril de 2020**. Dispõe sobre a instituição de plano estratégico de retomada gradativa e segura das atividades econômicas, consolidada e altera as medidas temporárias para prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus – COVID 19, em acatamento às recomendações

do ministério da saúde, através da secretaria nacional de vigilância em saúde e dá outras providências [Internet]. Tangará da Serra: Prefeitura; 2020. Disponível em: <https://tangaradaserra.mt.gov.br/site/wp-content/uploads/2021/08/38162.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

Prefeitura de Tangará da Serra (MT). **Decreto nº 128, de 20 de março de 2020**. Oficializa o comitê intermunicipal para combate ao COVID-19 (coronavírus), em acatamento as recomendações do ministério da saúde, através da Secretaria Nacional da Vigilância em Saúde e dá outras providencias.

RAMBO, José Roberto. **Produzir e Vender?** O caso do Programa de Aquisição de Alimentos de Agricultores Familiares Assentados da Reforma Agrária em Tangará da Serra-MT. Tese (Doutorado). Ilha Solteira: 2016. 180 f. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/143091/rambo\\_jr\\_dr\\_ilha.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/143091/rambo_jr_dr_ilha.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 21 dez. 2022.

SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 9-24.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 21-55.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Rational use of personal protective equipment (PPE) for coronavirus disease (COVID-19): interim guidance, 19 March 2020**. World Health Organization, 2020. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331498/WHO-2019-nCoV-IPCPE\\_use-2020.2-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331498/WHO-2019-nCoV-IPCPE_use-2020.2-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 21 dez. 2022.

Os autores declaram participação na autoria conforme a Taxonomia CRediT da Casari (vide <https://casrai.org/> )

Conceituação	Metodologia	Software	Validação	Análise formal	Investigação	Recursos
[1]/[4]	[4]		[1]/[2]/[3]/[4]	[1]/[4]	[1]/[2]	[3]/[4]
Curadoria	Primeira redação	Revisão/edição	Visualização	Supervisão	Admin. projeto	Financiamento
[1]/[2]	[1]	[1]/[2]/[3]/[4]	[3]/[4]	[3]/[4]	[2]/[3]/[4]	